

CONFERÊNCIAS

O QUE COMEMORAR?*

Marilena Chauí**

Resumo

O autoritarismo, a violência e a cultura senhorial presentes na sociedade brasileira possuem raízes antigas, que incluem a tradição judaico-cristã em suas versões providencial e profética, assim como a atualização de mitos do paraíso terrestre. Não há, portanto, nada para comemorar nestes 500 anos de descobrimento do Brasil, pois trata-se de um passado constituído por relações teleológicas e personalistas no qual se propõe que a história seja feita pela vontade de Deus e não graças ao trabalho dos homens.

Palavras-chave

História; cultura; comemoração.

Abstract

The authoritarianism, the violence and the patriarchal culture present in Brazilian society have deep and ancient roots in the Jewish-Christian tradition. These roots point out to both versions of that tradition, the prophetic and the providential ones, as well as to the actualisation of the myths of paradise in earth. In this sense, there is nothing to celebrate in the anniversary of 500 years of the discovery of Brazil, for we are dealing with a past that was built upon personal and teleological relations, in which history is the result of God's will and not of man's work.

Key-words

History; culture; commemoration.

* Conferência realizada em 05/10/1999 na PUC-SP, como parte do simpósio *Revisitando os Descobrimentos: práticas, espaços e linguagens da comemoração*, organizado pelo Programa de Estudos de Pós-Graduação em História.

** Professora de Filosofia da USP.

*Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste!
Criança! Jamais verás país algum como este!
Olha que céu, que mar, que floresta!
A natureza, aqui perpetuamente em festa,
É um seio de mãe a transbordar carinhos...*
Olavo Bilac

Uma sociedade autoritária e violenta

Temos o hábito de considerar que o Brasil, como outros países do Terceiro Mundo, passa periodicamente por golpes de Estado de que resultam regimes ditatoriais. Em outras palavras, estamos habituados a pensar o autoritarismo como um fenômeno adstrito à esfera política e, via de regra, a buscar em falhas, defeitos, lacunas da sociedade brasileira a causa desses episódios políticos. Ao fazê-lo, tendemos a deixar na sombra o essencial, isto é, que a sociedade brasileira, como formação social, é autoritária e que a esfera política a exprime sem faltas, defeitos e lacunas.

Conservando as marcas da sociedade colonial escravista, ou por aquilo que alguns estudiosos designam como “cultura senhorial”, a sociedade brasileira é marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público, tendo seu centro na hierarquia familiar, desde que tenhamos claro o sentido originário do termo latino *familia*, que designa a propriedade privada de bens móveis e imóveis e de pessoas pelo pai ou *pater familias*. Em outras palavras, uma família não é a reunião afetiva de pais e filhos, ligados a avós, tios e primos por laços de ternura, mas é uma unidade econômica e uma forma determinada da propriedade privada e de sua transmissão¹. Essa unidade socioeconômica, porque originariamente escravista, desenvolve desprezo senhorial pelo trabalho manual,

1 Em latim, a casa se diz *domus*, de onde vem a palavra *dominium*, que significa tanto a extensão das propriedades possuídas (ou os domínios) como o poder exercido pelo proprietário, *dominus*, o senhor. Em grego, a casa se diz *oikós*, de onde vem a palavra *oikonomia*, economia, que significa o poder do chefe como proprietário. Em grego, o pai de família se chama *despotês*, palavra que indica que o chefe é o proprietário privado dos membros da família, das terras, das edificações, das plantações, do gado e dos escravos. Um *despotês* tem o poder de vida e morte sobre todos aqueles que estão sob sua dominação e sua vontade ou arbítrio tem força de lei no espaço privado. Quando os gregos inventaram a política, começaram pela distinção e pela separação entre o poder privado e o poder público e, por isso, o termo *despotismo* designa aquela forma política na qual há indiscriminação entre o público e o privado, porque tudo está sob o poder privado do governante e este governa segundo seu próprio arbítrio.

de maneira que não só o escravo era tido como inferior, mas também todos os trabalhadores livres manuais.

A estrutura hierárquica do espaço social determina uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e assimetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio; e entre os que são vistos como desiguais o relacionamento toma a forma do favor, da clientela, da tutela ou da cooptação. Enfim, quando a desigualdade é muito marcada, a relação social assume a forma nua da opressão física e/ou psíquica. A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação e que estruturam a sociedade sob o signo da nação indivisa, sobreposta à divisão que a constitui.

Podemos resumir, simplificada, os principais traços de nosso autoritarismo social considerando que a sociedade brasileira se caracteriza pelos seguintes aspectos:

– estruturada segundo o modelo do núcleo familiar senhorial, disso decorre, de um lado, a recusa tácita (e, às vezes, explícita) para fazer operar o mero princípio liberal da igualdade formal e, de outro, a dificuldade para lutar pelo princípio socialista da igualdade real: as divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, dos negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos) e as diferenças, também naturalizadas, tendem a aparecer como perversão ou monstruosidade (no caso dos homossexuais, por exemplo). Opera, portanto, com a naturalização das desigualdades econômicas e sociais e com a naturalização das diferenças étnicas (postas como desigualdades raciais entre superiores e inferiores), das diferenças religiosas e de gênero. Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais;

– estruturada a partir das relações familiares de mando e obediência, disso decorre a recusa tácita (e, às vezes, explícita) de operar com o mero princípio liberal da igualdade jurídica e a dificuldade para lutar contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. A lei não deve figurar o pólo público do poder e da regulação dos conflitos, e se jamais define direitos

e deveres dos cidadãos é porque sua tarefa real ou positiva é a conservação de privilégios e o exercício da repressão. Por este motivo, as leis aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para serem transgredidas e não para serem cumpridas nem muito menos transformadas. O poder judiciário é claramente percebido como distante, secreto, representante dos privilégios das oligarquias e não dos direitos e deveres da generalidade social;

– a indistinção entre o público e o privado não é uma falha ou um atraso que atrapalham o progresso nem uma tara de sociedades subdesenvolvidas ou dependentes, mas é, antes, a forma mesma de realização da sociedade e da política: não apenas os governantes e parlamentares se transformam em “donos do poder”, mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela e praticam a corrupção sobre os fundos públicos, como também não há a percepção social de uma esfera pública das opiniões e da sociabilidade coletiva, assim como não há a percepção dos direitos à privacidade e à intimidade. Do ponto de vista dos direitos sociais, há um encolhimento do público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do privado, e é exatamente por isso que, entre nós, a figura do “Estado forte” sempre foi natural e também nos cai como uma luva o neoliberalismo;

– realizando práticas alicerçadas em ideologias de longa data, como, por exemplo, a da “democracia racial” (em que o “embranquecimento” é o motor “democratizante”), somos uma formação social que desenvolve ações e imagens capazes de bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas como tais, uma vez que conflitos e contradições negam a imagem da boa sociedade indivisa, pacífica e ordeira, imagem constitutiva da nação essencial. Isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimo de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como uma única resposta a repressão policial e militar, para as camadas populares, e o desprezo condescendente, para os opositores em geral. Em suma, a sociedade auto-organizada que expõe conflitos e contradições é claramente percebida como perigosa para o Estado (pois este é oligárquico) e para o funcionamento “racional” do mercado (pois este só pode operar graças ao ocultamento da divisão social). Em outras palavras, a classe dominante brasileira é altamente eficaz para bloquear a esfera pública das ações sociais e da opinião como expressão dos interesses e dos direitos de grupos e classes sociais diferenciados e/ou antagônicos. Esse bloqueio não é um vazio ou uma ausência, isto é, uma ignorância quanto ao funcionamento republicano e democrático, e sim um conjunto positivo de ações determinadas que traduzem uma maneira também determinada de lidar com a

esfera da opinião: de um lado, os *mass media* monopolizam a informação, e, de outro, o discurso do poder define o consenso como unanimidade, de sorte que a discordância é posta como atraso ou obstinação vazia;

– por estar determinada, em sua gênese histórica, pela “cultura senhorial”, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e de poder, como se depreende do uso de títulos honoríficos sem qualquer relação com a possível pertinência de sua atribuição (o caso mais corrente sendo o uso de “doutor” quando, na relação social, o outro se sente ou é visto como superior e “doutor” é o substituto imaginário para antigos títulos de nobreza) ou da manutenção de criadagem doméstica cujo número indica aumento (ou diminuição) de prestígio e de status, ou, ainda, como se nota no desprezo pelo trabalho manual e na valorização dos diplomas que credenciam atividades não manuais, etc. O fascínio pelos signos de prestígio tem como contrapartida o desprezo pelo trabalho manual, o que explica, por exemplo, o enorme descaso pelo salário mínimo, as trapaças no cumprimento dos insignificantes direitos trabalhistas existentes e a culpabilização dos desempregados pelo desemprego.

O autoritarismo está de tal modo interiorizado nos corações e mentes que alguém pode usar a frase “um negro de alma branca” e não ser considerado racista. Pode referir-se aos serviços domésticos com a frase “uma empregada ótima: conhece seu lugar” e considerar-se isento de preconceito de classe. Pode referir-se a um assalariado com a frase “um empregado de toda confiança porque nunca rouba” e considerar que não existe luta de classes e que dela não participa. Pode, em sã consciência, atribuir a causa do estupro à estuprada e não se considerar machista. Pode propor o extermínio e o encarceramento perpétuo dos “perversos” (sem-terra, sem-teto, crianças de rua, prostitutas, homossexuais) e não se considerar fascista.

As desigualdades salariais entre homens e mulheres, entre brancos e negros, a exploração do trabalho infantil e dos idosos são consideradas normais. A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos “miseráveis”. A existência de crianças de rua é vista como “tendência natural dos pobres à criminalidade”. Os acidentes de trabalho são imputados à incompetência e à ignorância dos trabalhadores. As mulheres que trabalham, se não forem professoras, enfermeiras ou assistentes sociais, são consideradas prostitutas em potencial e as prostitutas, degeneradas, perversas e criminosas, embora, infelizmente, indispensáveis para conservar a santidade da família.

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial nos índices de concentração da renda e de má distribuição da riqueza, mas ocupa o oitavo lugar em termos do Produto Interno

Bruto. Essa desigualdade – 2% possuem 98% da renda nacional, enquanto 98% possuem 2% dessa renda – não é percebida como socialmente inaceitável, mas natural e normal. Em outras palavras, a sociedade brasileira é oligárquica e está polarizada entre a carência absoluta das camadas populares e o privilégio absoluto das camadas dominantes e dirigentes.

O autoritarismo social, que naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política. Os partidos políticos são associações de famílias rivais ou *clubs privés* das oligarquias regionais, arrebanhando a classe média em torno do imaginário autoritário (a ordem) e mantendo com os eleitores quatro tipos principais de relações: a de cooptação, a de favor e clientela, a de tutela e a da promessa salvacionista ou messiânica. Do lado da classe dominante, a política é praticada numa perspectiva naturalista-teocrática, isto é, os dirigentes são detentores do poder por direito natural e por escolha divina. Do lado das camadas populares, o imaginário político é messiânico-milenarista, correspondendo à auto-imagem dos dirigentes. Como consequência, a política não se configura como campo social de lutas mas opera no plano da representação teológica, oscilando entre a sacralização e adoração do bom governante e a satanização e execração do mau governante. Com clareza meridiana, as classes populares percebem o Estado apenas sob a face do poder Executivo, os poderes Legislativo e Judiciário ficando reduzidos ao sentimento de que o primeiro é corrupto e o segundo, injusto. A identificação entre o Estado e o Executivo, a ausência de um legislativo confiável e o medo do Judiciário, somados à dimensão ideológica produzida pelo autoritarismo social e ao imaginário teológico-político levam ao desejo permanente de um Estado “forte” para a “salvação nacional”. Por seu turno, o Estado percebe a sociedade civil como inimiga e perigosa, bloqueando as iniciativas dos movimentos sociais, sindicais e populares.

Acrescentemos a isso as duas grandes dádivas neoliberais: do lado da economia, uma acumulação do capital que não necessita incorporar mais pessoas ao mercado de trabalho e de consumo, operando com o desemprego estrutural; do lado da política, a privatização do público, isto é, não só o abandono das políticas sociais por parte do Estado e a “opção preferencial” pelo capital nos investimentos estatais, mas também o recrudescimento da estrutura histórica da sociedade brasileira, centrada no espaço privado. Antes mesmo que a distinção entre público e privado tivesse conseguido instituir-se, a nova forma do capital institui a indiferença entre o público e o privado. A política se reduz ao *marketing* publicitário narcisista da vida privada e o Estado fica reduzido à condição de aparelho de reforço do privilégio (não só o investimento público

se destina ao capital como também a “privatização” à brasileira significa simplesmente transferência dos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios aos próprios grupos oligopólicos, com ajuda substantiva dos fundos públicos). Política e socialmente, a economia neoliberal é o projeto de encolhimento do espaço público e do alargamento do espaço privado – donde seu caráter essencialmente antidemocrático –, caindo como uma luva na sociedade brasileira. No caso do Brasil, o neoliberalismo significa levar ao extremo a nossa forma social, isto é, a polarização carência-privilégio, a exclusão sociopolítica das camadas populares, a desorganização da sociedade como massa dos desempregados. Em suma, o neoliberalismo, aqui, não precisou destruir coisa alguma para implantar-se, mas, como sempre, realiza-se em perfeita continuidade histórica, solidificando e encontrando novas justificativas para a forma oligárquica da política, para o autoritarismo social e para o bloqueio à democracia.

Postas as coisas desta maneira, não há nada a comemorar.

Tomemos, porém, o sentido que comemoração teve quando, na Grécia, foi inventada, a história.

Comemorar

Ao iniciar a *História*, Heródoto declara a razão que o levou a escrevê-la, dizendo que tratará de grandes feitos dos gregos e dos bárbaros que merecem ser conservados na memória e que falará igualmente dos dois lados adversários, porque a Fortuna gira com justiça sua roda e os grandes, de hoje, serão por ela diminuídos amanhã, os vencedores de agora serão os vencidos do porvir. É, pois, a grandeza dos feitos que os torna memoráveis e é a roda da fortuna que recomenda à prudência não esquecer que a grandeza esteve dos dois lados das ações.

Por seu turno, ao iniciar a *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides retoma o *topos* de Heródoto, declarando que narrará a guerra, ainda em curso, por se tratar do maior movimento jamais realizado pelos helenos. Há, no entanto, dois aspectos novos na narrativa de Tucídides, se comparada à de Heródoto: em primeiro lugar, não só é ele testemunha ocular da guerra, mas também tem dela uma visão pessimista, pois a vitória de qualquer dos lados significa a derrota da própria Hélade; em segundo lugar, e sobretudo, Tucídides introduz a idéia de que é preciso encontrar as causas da guerra, perceber seus sinais muito antes que ela começasse e, portanto, será preciso mostrar que a guerra estava inscrita desde o momento em que se inicia o imperialismo de

Atenas. Dessa maneira, embora o historiador narre o que é memorável, sua narrativa não se detém nos fatos imediatos da guerra, mas percorre o passado para nele ler uma guerra que virá.

A dupla lição de Heródoto e de Tucídides é apanhada com vigor por Políbios, quando escreve a *Ascensão e Queda do Império Romano*. Como Heródoto, Políbio procura dar igual lugar de grandeza a cartagineses e romanos e sublinha o papel da fortuna na história de Roma, porém, como Tucídides, vai em busca das causas que determinaram a subida e a queda do império, pois embora pareça que somente a fortuna poderia explicar que, em cinquenta anos, se formasse o maior poderio de uma cidade de que se tem notícia, no entanto, será preciso ler no próprio movimento de ascensão a queda que se prepara inevitavelmente.

As obras de Heródoto, Tucídides e Políbios nos permitem observar que a história nasce não somente sob o signo da memória, mas também sob o signo de uma dupla determinação: a da fortuna, isto é, da contingência que percorre as ações humanas, e a da necessidade, isto é, da presença de causas que determinam o curso dos acontecimentos, independentemente da vontade humana. A fortuna é justa porque caprichosa e aparentemente arbitrária, pois sua justiça consiste perpetuamente em elevar os rebaixados e em rebaixar os elevados. A necessidade é implacável porque segue seu curso próprio, uma vez que, num primeiro ato de vontade, os homens desencadearam um processo que não poderão controlar.

Ora, o surgimento do cristianismo produz um efeito inesperado sobre a concepção da história. Se é verdade que a noção de Providência divina reúne num único ser a contingência da vontade (a fortuna) e a necessidade do processo (o decreto divino), todavia, herdeiro do judaísmo, o cristianismo introduz a idéia de que a história segue um plano e possui uma finalidade que não foram determinados apenas pela vontade dos homens.

A Antiguidade – tanto oriental como ocidental – concebia o tempo cósmico como ciclo de retorno perene e o tempo dos entes como reta finita, marcada pelo nascimento e pela morte. No primeiro caso, o tempo é repetição e a forma da eternidade; no segundo caso, é devir natural de todos os seres, aí incluídos os impérios e as cidades. O tempo dos homens, embora linear e finito, é medido pelo tempo circular das coisas, pois a repetição eterna é o *métron* de tudo quanto é perecível: movimento dos astros, seqüência das estações, germinar e desenvolver das plantas. Enquanto o tempo cíclico exclui a idéia de história como aparição do novo, pois não faz senão repetir-se, o tempo linear dos entes da Natureza introduz a noção de história como memória. O primeiro se co-

locará sob o signo de *Tychê-Fortuna* cuja roda faz inexoravelmente subir o que está decaído e decair o que está no alto; o segundo, posto sob a proteção de *Mnemosyne-Memoria* garante imortalidade aos mortais que realizaram feitos dignos de serem lembrados, tornando-os memoráveis e exemplos a serem imitados, a perenidade ao passado garantindo-se por sua repetição, no presente e no futuro, sob a forma da *mímesis*, ou da repetição dos grandes exemplos. *Historia magistra vitae*, “a história é mestra da vida”, dirá Cícero. O tempo da história grega é épico, narrando os grandes feitos de homens e cidades cuja duração é finita e cuja preservação é a comemoração.

Diferentemente do tempo cósmico (natural) e épico (histórico), o tempo bíblico é dramático, pois a história narrada é não somente sagrada, mas também o drama do afastamento do homem de Deus e da promessa de reconciliação de Deus com o homem. Relato da distância e proximidade entre o homem e Deus, o tempo não exprime os ciclos da natureza e as ações dos homens, mas a vontade de Deus e a relação do homem com Deus: o tempo judaico é expressão da vontade divina que o submete a um plano cujos instrumentos de realização são os homens afastando-se Dele e dele se reaproximando por obra Dele.

Esse tempo e esse plano podem ser decifrados, pois Deus oferece a alguns o dom do deciframento temporal, isto é, a profecia. O tempo é, assim, tempo profético, disso resultando duas conseqüências principais, que podem ser percebidas de imediato. Em primeiro lugar, o presente pode receber sinais divinos por intermédio dos quais o homem tem como decifrar o sentido do passado e do futuro; em segundo, o tempo é sempre realização de uma promessa divina e, por isso, finalizado e messiânico. O tempo não é repetição (cósmica) nem simples escoamento (humano), mas passagem rumo a um fim que lhe dá sentido e orienta seu sentido, sua direção. É esse caráter dramático do tempo judaico que dará forma e sentido à idéia cristã de história, na qual o drama reúne homem e Deus, tanto porque o homem é o ponto mais alto do primeiro momento do tempo, isto é, da Criação, como porque o homem é a forma escolhida por Deus para cumprir a Promessa de salvação, isto é, a Encarnação.

No mundo judaico-cristão, história é, pois, a operação de Deus no tempo.

Disso decorrem as características fundamentais dessa história:

– é providencial, unitária e contínua porque é manifestação da vontade de Deus no tempo, o qual é dotado de sentido e finalidade graças ao cumprimento do plano divino;

– é teofania, isto é, revelação contínua, crescente e progressiva da essência de Deus no tempo;

– é epifania, isto é, revelação contínua, crescente e progressiva da verdade no tempo;

– é profética, não só como lembrança da Lei e da Promessa, mas também como expectativa do porvir ou, como disse o Padre Vieira, a profecia é “história do futuro”. A profecia traz um conhecimento do que está além da observação humana, tanto daquilo que está muito longe no tempo – o sentido do passado e do futuro – como do que está muito longe no espaço – os acontecimentos do presente não presenciados diretamente pelo profeta. A profecia oferece aos homens a possibilidade de conhecer a estrutura secreta do tempo e dos acontecimentos históricos, isto é, de ter acesso ao plano divino;

– é salvífica ou soteriológica, pois o que se revela no tempo é a promessa de redenção e de salvação como obra do próprio Deus;

– é escatológica (do grego, *ta schatón*, as últimas coisas ou as coisas últimas), isto é, está referida não só ao começo do tempo, mas sobretudo ao fim dos tempos e ao tempo do fim, quando a Promessa estará plenamente cumprida. A dimensão escatológica da história é inaugurada no período intertestamental com o Livro da Revelação de Daniel, capítulo 12, primeiro texto sagrado a falar num *tempo do fim*, precedido de abominações, e realização da promessa de ressurreição e salvação dos que estão “inscritos no Livro” de Deus. Esse tempo final é descrito pelo profeta como tempo do aumento da ciência, quando se dará a abertura do “livro dos segredos do mundo”, e, sobretudo, como tempo cuja duração está predeterminada: “será um tempo, mais tempos e a metade de um tempo”, escreve o profeta, e se iniciará após “mil e duzentos dias” de abominação e durará “mil trezentos e trinta cinco dias”, depois dos quais os justos estarão salvos;

– é apocalíptica (palavra que, em grego, significa revelação feita diretamente pelo deus), pois, com Daniel, primeiro, e João, depois, o segredo da história é uma revelação divina feita diretamente pelo próprio Deus ao profeta e ao evangelista. Essa revelação diz respeito prioritariamente ao tempo do fim ou ao *Dia do Senhor*, como escreve São Paulo aos tessalônicos;

– é universal, pois não é história deste ou daquele povo ou império, mas história do Povo de Deus, que criou o homem e salvará a humanidade escolhida.

– é completa, pois terminará quando estiver consumada a Promessa. Essa completude, para uns, já se deu com o Advento do Messias; ainda se dará, com o Segundo Advento, julgam outros, chamados de milenaristas. São, de um lado, a referência de Daniel aos mil e duzentos dias e aos mil e trezentos dias, e, de outro, a do Apocalipse de João ao Reino de mil anos de abundância e felicidade, que precedem o Juízo Final,

as fontes inspiradoras do milenarismo cristão. Se tanto o judaísmo como o cristianismo são messiânicos, o segundo é também milenarista porque o Primeiro Advento do Messias foi apenas a primeira época da salvação, devendo ser sucedida pelo Segundo Advento, quando será vencido definitivamente o Anticristo e o Reino de Mil Anos preparará os justos e santos para o Juízo Final e a entrada na eternidade. Seja como história messiânica, seja como história milenarista, a história se completará e o tempo findará.

A completude da história universal foi, desde o início do cristianismo, matéria de controvérsia, disputa e, portanto, de heresia e ortodoxia. Com Santo Agostinho, a versão milenarista entra em ocaso e se torna herética porque, com ele, a ortodoxia cristã julga que a revelação está concluída com a Encarnação e que a história universal está terminada com os Evangelhos. Tudo está consumado no mundo e mesmo que este não acabe hoje, mas somente quando Deus assim decidir, nada mais há para acontecer, senão o progresso individual do caminho da alma a Deus. Com os Evangelhos, a revelação e a história estão consumadas. A completude funda a distinção entre o século (*saeculum*) e a eternidade (*aeternitas*): a ordem da eternidade está concluída e a ordem do século é irrelevante em termos universais, tendo relevância apenas para a alma individual, peregrina neste mundo e em itinerário rumo a Deus.

Eis porque, na *Cidade de Deus*, Agostinho organiza a história em três tempos – *tempora* – e em seis eras – *aetates* – que constituem a Semana Cósmica. Estes tempos haviam sido propostos pelos Padres anteriores como forma de explicar a continuidade e diferença entre judeus e cristãos, isto é, a continuidade dos dois Testamentos. Santo Agostinho os reelabora, de sorte que, agora, os *tempora* estão referidos à ação da Trindade no tempo: *ante legem* ou tempo do Pai, *sub legem* ou tempo do Filho e *sub gratia* ou tempo do Espírito Santo. O primeiro tempo é o dos judeus sob Noé e Abraão, até a entrega da lei escrita a Moisés; o segundo, de Moisés até o Advento, quando começa a nova Aliança ou a nova lei; o terceiro, o do cristianismo, no qual a lei está escrita no coração de cada homem que dela toma conhecimento pela graça divina. Mais importante é a elaboração da Semana Cósmica porque, com ela, Santo Agostinho elimina os aspectos apocalípticos, escatológicos e milenaristas da história cristã. Embora seja mantida a eternidade da preciência divina e, portanto, a eternidade da Providência, as seis eras são temporais, isto é, referem-se à operação da vontade divina na relação-irrelação de Deus com o homem no tempo: Criação, Queda, Dilúvio, Patriarcas, Moisés e Encarnação e Segundo Advento ou Juízo Final. O Oitavo Dia é o Jubileu eterno, fora do tempo.

Essa cronologia agostiniana, ao identificar o Segundo Advento e o Juízo Final, esvazia uma questão antiga, decorrente das Revelações de Daniel e do Apocalipse de João e que não cessará de ser retomada como problema: que se passa no intervalo de tempo entre o Primeiro e o Segundo Advento e no intervalo de tempo entre a vinda do Filho da Perdição (o Anticristo) e o Juízo Final? Em outras palavras, tanto em Daniel como em João algo acontece entre a primeira e a segunda vinda do Messias, algo decisivo para o destino dos homens, e a pergunta incessantemente interrogada é: que acontece no período que Daniel designara como “o tempo, os tempos e a metade do tempo” e João descrevera como o “silêncio de meia hora no céu” entre a abertura do sexto e do sétimo Selos? Ora, esses intervalos temporais são o que une o *saeculum* e a *aeternitas* e formam o centro da história escatológica, pois neles haveria revelação, inovação, *acontecimento*, e preparação para o fim do tempo. Em suma, a revelação ainda não está completa e será completada às vésperas do tempo do fim, quando, então, finalmente, a história estará consumada.

Para Agostinho, ou já estamos no intervalo ou no Reino de Mil Anos, que não é senão a Igreja dos bons e justos, ou não sabemos quando será o intervalo, o qual será quando a vontade de Deus houver determinado. De todo modo, o essencial é que nesse intervalo *nada acontecerá*, não haverá revelação nem inovação, pois tudo quanto havia para ser revelado e para acontecer já o foi. Todavia, a perspectiva agostiniana não é única, embora seja hegemônica na Igreja. Uma outra corrente, heterodoxa e profundamente milenarista está enraizada no mundo cristão e é retomada com vigor a partir do século XII, quando a grande renovação intelectual e religiosa não deixou intacta a necessidade de conciliar acontecimento e plano divino, mudança e ordem, estabilidade e contingência.

O século XII foi capaz de colocar ordem no pensamento, com o racionalismo escolástico, e por isso mesmo também precisou dar conta da desordem no mundo: Islã, cruzadas, cismas eclesiásticos, guerras entre Império e Papado. A busca da ordem no mundo deve enfrentar acontecimentos cujo sentido não está dado, mas que não podem escapar à ordem providencial. A desordem é um acontecimento que pesa sobre a cristandade e seu sentido precisa ser decifrado. Esse deciframento reabre a temporalidade e se torna busca do conhecimento da estrutura secreta do tempo e de seu sentido. Assim, a ordenação teológica do pensamento, pela Escolástica, teve como contrapartida a ordenação teológica do tempo e esta se fez pela interpretação apocalíptico-escatológica da história profética e providencial, isto é, pelo retorno à pergunta sobre o *intervalo* entre o *saeculum* e a *aeternitas*, que reconduz à idéia do preenchimento histórico do

intervalo pelo Segundo Advento com a batalha final entre o Cristo e o Anticristo, o Reino de Mil Anos de felicidade e o Juízo Final. A questão pelo intervalo – “o tempo e a metade do tempo”, a “meia hora de silêncio nos céus” – e suas respostas dão início ao que conhecemos como filosofia da história, isto é, ao conhecimento especulativo da estrutura interna do tempo. A obra mais importante e decisiva para a constituição da futura filosofia da história ocidental é a do abade calabrés, Joaquim de Fiori, que recolhe a longa e subterrânea tradição milenarista antiga e medieval. Para ele, a ordem do tempo é a ordem de manifestação sucessiva e progressiva da Trindade: tempo do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ou tempo da Lei, da Graça e da Ciência.

Com Joaquim de Fiori o tempo surge estruturado e escandido em três tempos progressivos rumo à apoteose, graças ao ordenamento figurado ou simbólico dos acontecimentos narrados ou profetizados pela Bíblia. Para isso, Fiori elabora um complexo método de leitura e de concordâncias entre os dois Testamentos que lhe permite ordená-los em padrões numéricos (estrutura do 3, do 5, do 7, do 12) e figurativos (personagens e animais bíblicos), em matrizes simbólicas que decifram a ordem, a sucessão, o conflito e o triunfo, tendo em seu centro a obra de um enviado especial – o Enviado dos Últimos Dias — que aprisiona o Anticristo por mil anos e forma a comunidade dos santos até o momento da batalha final do Cristo contra o Anticristo.

Como observa Bernard McGinns, Joaquim de Fiori opera com quatro modalidades principais de símbolos:

- os símbolos da ordem do transcurso temporal, oferecidos pelos números e pelos cálculos dos números apresentados em Daniel, Ezequiel, Isaías e João, mas aos quais acrescentará todos os números presentes nos demais livros do AT;

- os símbolos da desordem ou do conflito no transcurso do tempo, oferecidos pelo bestiário de Daniel e João, além de outros animais presentes em outros livros dos dois Testamentos e nas profecias de Merlim;

- os símbolos da desolação e da abominação ou da catástrofe que presidirão o tempo do fim, oferecidos por todos cataclismas naturais e pelos Quatro Cavaleiros do Apocalipse de João (fome, peste, guerra e morte);

- os símbolos do triunfo, na terra – o Reino de Mil Anos – e no céu – a Jerusalém Celeste –, oferecidos pelas imagens do Cordeiro, da Esposa, das jarras de vinho das bodas de Caná, etc.

É essencial, para nosso propósito, observar que o abade Joaquim introduz dois símbolos não escriturísticos no triunfo e que são suas profecias próprias: o Papa Angélico (*novus dux*, com a mesma ação que os apocalipses bizantinos atribuíam ao Im-

perador dos Últimos Dias) e os homens espirituais (*virī spiritualis*, as duas novas ordens monásticas de preparação para o tempo do fim, a ativa ou dos pregadores, e a contemplativa, ou dos monges eremitas). São figuras que auxiliam a vitória de Cristo e a passagem da humanidade ao terceiro estágio, a era do Espírito.

Símbolos, números e figuras desvendam *estruturas*, a *fabrica temporis*. Essa elaboração intrincada, em que uma estrutura se encontra no interior de outras e a elas se liga organicamente, em que números, figuras, símbolos devem formar uma única figura ou uma rede simultânea que aparece como sucessiva, mas em que cada elemento evoca e invoca todos os outros, remete a um significado preciso: Deus possui os fios com os quais tece a história, fabricando seus padrões, matrizes e estruturas, invisíveis para quem percebe apenas as conexões horizontais do tempo. O sentido da história não se encontra na sucessão linear dos acontecimentos, mas no entrelaçamento vertical invisível da ordem do tempo.

Para além do fascínio que provoca, a filosofia da história de Joaquim de Fiori deixa algumas marcas indeléveis no pensamento e na política ocidentais cristãos.

A primeira delas, mais óbvia, é a concepção trinitária, progressiva e orgânica da história como desenvolvimento de estruturas invisíveis. Concepção trinitária: a história é obra do Espírito através do Pai e do Filho, até a revelação final do Espírito. Concepção progressiva: a história é o desenvolvimento temporal do aumento do saber, cuja plenitude coincide com o tempo do fim, quando será aberto “o livro dos segredos do mundo”. Escreve Joaquim que o tempo compreendido é “*de claritate in claritatem*”. Concepção orgânica: a estrutura arborescente do tempo, simbolizada pela Árvore de Jessé, significa que o tempo não é ciclo perpétuo de tribulações, não é agonia nem afastamento do absoluto, mas arbusto florescente onde frutifica a semente divina da verdade efetuando-se como eternidade temporal. Será impossível não reconhecer traços joaquimitas em toda a filosofia da história posterior. No centro da herança joaquimita encontra-se a idéia de haverá ainda uma fase final da história, um tempo abençoado ainda por vir. O apogeu da história, preenchimento do intervalo da “metade do tempo” e do “silêncio de meia hora no céu”, contrariamente à posição agostiniana, ainda não aconteceu e deve ser esperado. Para Joaquim de Fiori, esse preenchimento ou plenitude do tempo surgia como aumento da espiritualidade no mundo, antes do Juízo Final – a era do Espírito Santo, *sub intellectus* ou *sub scientia*.

Todavia, sua concepção de uma apoteose do tempo durante o Reino de Mil Anos tornou-se sua outra herança mais duradoura, não no plano da teoria da história, mas no da ação política. Assim, a segunda herança joaquimita, óbvia do século XIII ao XVII

e menos óbvia em nossos dias (porque desconhecemos sua origem), é a presença do joaquimismo nos movimentos milenaristas radicais que constituem a forma por excelência da política para as classes populares. É com esta matriz que as classes populares têm acesso à política como luta entre o bem e o mal e na qual a questão não é a do poder, mas a da justiça e da felicidade. A perspectiva milenarista é militante – cabe aos que esperam, viver uma vida santa que os prepare para reconhecer os sinais dos tempos – e cósmica – o embate final entre o bem e o mal é embate entre a luz e a treva, embate de forças cósmicas para a transformação radical do presente.

Resta saber o que a construção judaico-cristã da história, seja na versão agostiniana seja na joaquimita, teria a ver com o “descobrimento” e sua comemoração.

O mito fundador

No período da descoberta e da conquista da América e do Brasil surgem os principais elementos para a construção de um mito fundador. O primeiro constituinte é, para usarmos a expressão de Sérgio Buarque de Holanda, a “visão do paraíso” e o que designarei como a elaboração mítica do símbolo “Oriente”. O segundo é oferecido pela história teológica, elaborada pela ortodoxia cristã, particularmente a agostiniana, isto é, a perspectiva providencialista da história. O terceiro provém da história teológica herética cristã, ou seja, do milenarismo de Joaquim de Fiori ou de uma história profética. O quarto é proveniente da elaboração jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus (*rex Dei gratia*), a partir da elaboração medieval do poder e que, mantida pela contra-reforma, no caso da Península Ibérica, estará presente na elaboração da monarquia por direito divino, da qual somos os herdeiros permanentes.

Estarei tomando a noção de mito no sentido antropológico, de solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico e muito menos no plano real. Mito fundador porque, à maneira de toda *fundatio*, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e se conserva como perenemente presente. Neste sentido, mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem ao real. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.

O Brasil como natureza

Quando lemos os diários de bordo e a correspondência dos navegantes-descobridores-conquistadores, bem como a correspondência, os ensaios e livros dos evangelizadores, particularmente dos franciscanos e jesuítas, percebemos que a palavra *Oriente* é um símbolo, ou seja, indica algo mais do que um lugar ou uma região, e, em segundo lugar, nos damos conta de que este símbolo é bifronte. *Oriente* significa, por um lado, o Japão, a China e a Índia, portanto, impérios constituídos com os quais se pretende tanto a relação econômica, quanto a diplomática, mas sobretudo, se possível, uma dominação militar e política pelo Ocidente. Mas *Oriente* é também o símbolo do Jardim do Éden. A Bíblia, no livro da Gênese, afirma que o paraíso terrestre, terra de leite e mel, cortada por quatro rios que atravessam toda a terra, localiza-se no Oriente. A partir do relato bíblico, as grandes profecias, particularmente as de Isaías e Daniel, descreveram com detalhes o Oriente-paraíso, terra cortada por rios cujos leitões são de ouro e prata, por onde correm leite e mel, em cujas montanhas derramam-se pedras preciosas, habitado por gentes belas, indômitas, doces e inocentes como no Dia da Criação, promessa de felicidade perene e redenção. Com base nos textos proféticos e em textos dos clássicos latinos, particularmente Ovídio, Virgílio e Plínio o Velho, o cristianismo medieval criou uma literatura cujo tema era a localização e descrição do Paraíso Terrestre, literatura que será retomada com vigor durante a Renascença, sob o impacto de fortes correntes milenaristas e proféticas. Numa palavra, portanto, *Oriente* significa o reencontro com a origem perdida e o retorno a ela.

O que é o Paraíso Terrestre? Antes de tudo, o jardim perfeito: vegetação luxuriante e bela (flores e frutos perenes), feras dóceis e amigas (em profusão inigualável), temperatura sempre amena (“nem muito frio, nem muito quente”, repete toda a literatura), primavera eterna contra o “outono do mundo” de que falava o fim da Idade da Média, referindo-se ao sentimento de declínio de um velho mundo e à esperança de restituição da origem, idéias vigorosamente retomadas pela Renascença, particularmente pelos neoplatônicos herméticos que, como Campanella, elaboram utopias de cidades perfeitas guiadas pelo Sol e pelos “sete planetas”, fonte da futura elaboração da imagem do Brasil como Eldorado.

Os textos dos navegantes, como Vespúcio e Pero Vaz de Caminha, e dos evangelizadores estão carregados com estas imagens, pois Colombo, no relato de sua Terceira Viagem afirma que para chegar às novas terras não precisou de mapa-mundi nem de bússola, mas bastaram-lhe as profecias do abade Joaquim, e numa carta aos reis, em

1501, afirma haver localizado o Paraíso Terrestre e o descreve tal como vislumbrado ao longe. Cartas e diários de bordo dos navegantes são impressionantes porque descrevem o mundo descoberto como Novo e Outro, mas o sentido desses termos é diverso do que esperaríamos. De fato, ele é novo porque é o retorno à perfeição da origem, à primavera do mundo, oposta à velhice outonal ou à decadência do velho mundo; e é outro porque é originário, anterior à queda dos homens. Essa visão do paraíso, este *topos* do Oriente como jardim do paraíso são constitutivos da produção da imagem mítica e fundadora do Brasil e é ela que encontramos na letra do Hino Nacional, na explicação escolar da bandeira brasileira e nas poesias escolares parnasianas, particularmente nas de Olavo Bilac. A bandeira brasileira não exprime o político, não exprime a história. É um símbolo da natureza: floresta, ouro, céu, estrela e ordem. É o Brasil-jardim, o Brasil-paraíso. Temos, portanto, uma bandeira aparentemente despolitizada e a-histórica. No entanto, ela é extremamente politizada, desde que a percebamos no contexto mítico do teológico-político no qual o auriverde pendão simboliza o paraíso terrestre. O mesmo fenômeno pode ser observado no Hino Nacional, que canta mares, céus, sóis, bosques, flores, nossa vida de “mais amores”. O gigante está “deitado eternamente em berço esplêndido”, isto é, na natureza como paraíso, berço do mundo e eterno em seu esplendor. O Brasil pertence ao mundo da natureza e não ao da cultura e da história, ainda que o Hino, de raspão, se lembre de declarar que somos capazes de morrer pela justiça e pela liberdade, em nome da pátria idolatrada. Mas, atenção, a pátria é “mãe gentil”, portanto, espaço da família, do *genos* e do *genus*, do clã e da tribo, não da *res publica*. Esta produção mítica do país-jardim nos lança no reino da Natureza, fora do mundo da História. E, como se trata da natureza-paraíso, não há sequer como falar num estado de natureza de estilo hobbesiano em que a guerra de todos contra todos e o medo da morte suscitariam o social, o pacto e o advento do político. Nesse estado de natureza paradisíaco em que nos encontramos, há apenas nós – pacíficos e ordeiros – e Deus que, olhando por nós, nos envia um governante que O represente. Em outras palavras, estamos postos num estado de natureza em que as teorias de São Tomás e a do jesuíta Suarez podem ser aplicadas. E o foram. Ou seja, teorias do estado de natureza como estado de inocência que corre o risco de degenerar-se (em virtude do pecado original) em injustiça e guerra, o que é evitado porque Deus, como governante e legislador, envia a lei e o representante que manterá, no estado de sociedade, a harmonia originária.

O Brasil na história

O segundo elemento na produção do mito fundador vai lançar-nos na história, depois de nos haver tirado dela. Todavia, trata-se da história teológica ou providencialista de que falávamos há pouco, isto é, da história como realização do plano de Deus ou da vontade divina. Ora, se o Brasil é “terra abençoada por Deus”, se é paraíso reencontrado, estamos numa história que se realiza sem tempo e fora tempo – “deitado eternamente em berço esplêndido”, como canta nosso Hino Nacional. Fazemos parte do plano providencial de Deus. Nosso futuro encontra-se assegurado – por isso sempre dizemos “Brasil, país do futuro” – porque Deus nos ofereceu o signo do porvir: a Natureza paradisíaca opera como sinal da Providência que nos escolheu como Povo Eleito. Como todos sabem e nenhum brasileiro deixa de repetir, “Deus é brasileiro”.

No entanto, como observei acima, contraposta à história providencialista já realizada, existe uma outra, que constitui o terceiro elemento da elaboração mítica do Brasil. Trata-se da história messiânica milenarista, reelaborada pelo abade Joaquim de Fiori, no século XII, conservada pelos franciscanos espirituais e retomada pelos navegantes e pelos jesuítas. É assim que, escrevendo aos Reis Católicos, Colombo explica que, para seu feito, “não foram necessários nem mapa-mundi nem bússola, bastaram as profecias de Isaias e do abade Joaquim”, enquanto os embaixadores de Gênova na Espanha diziam aos reis que a empresa de Colombo fora profetizada pelo abade Joaquim Calabrês, que dissera que da Espanha sairia o salvador da cristandade (no caso, a expulsão dos mouros e dos judeus, também em 1492) e se iniciaria o Reino de Mil Anos.

Essa idéia, que franciscanos e parte dos jesuítas conserva (mesmo porque as duas ordens se julgam a realização das duas ordens religiosas profetizadas por Joaquim de Fiori para o tempo do Espírito), é retomada com vigor, no século XVII, pelo Padre Vieira que, na *História do Futuro ou do Quinto Império de Portugal*, demonstra que as profecias de Isaias, necessárias para o cumprimento das profecias de Daniel, profetizam a descoberta do Brasil. De fato, Daniel profetizara que, após a sucessão de quatro reinos perversos ou quatro monarquias iníquas, viria o Messias e, com ele, o Quinto Império ou a Quinta Monarquia (de Israel, evidentemente), que é, nos textos dos escritores posteriores, identificada ao Reino de Mil Anos e, nos textos de Fiori, é obra do enviado, que prepara a vinda final do Cristo. Para que essa profecia se realize, é preciso que, primeiro, se cumpra a de Isaias, isto é, que os judeus estejam espalhados na direção dos quatro ventos. O Padre Vieira julga que a quarta direção, descrita com detalhes pelo profeta, é o Brasil, e que o enviado profetizado por Joaquim de Fiori é

Don Sebastião, o Encantado, que não morreu em Alcacerquibir, mas virá livrar o mundo do Anticristo, isto é, da Espanha (que, sabemos, domina Portugal).

Dessa maneira, o Brasil entra na história pela porta providencial agostiniana, do lado da classe dominante, e pela porta profética joaquimita, do lado das classes populares. Pela primeira, nossa história já está escrita, faltando apenas o agente que deverá concretizá-la. Pela segunda, nossa história está prometida, mas inteiramente por fazer, devendo ser obra da comunidade dos santos e dos justos, exército auxiliar do Messias na batalha última contra a treva, o mal e a injustiça. Canudos, Pedra Bonita, Contestado são alguns episódios dessa longa história por fazer. Mas tanto numa como noutra, somos agentes da vontade de Deus e a história é mito teológico.

Governado pela graça de Deus

Finalmente, o quarto elemento componente da matriz mítica fundadora encontra-se na elaboração jurídico-teocêntrica do governante pela graça de Deus. Essa matriz depende de duas formulações medievais diferentes, mas complementares. A primeira delas, fundada em Santo Agostinho, afirma que, pelo pecado, o homem perdeu todos os direitos e, portanto, perdeu o direito ao poder. Este pertence exclusivamente a Deus – como lemos na Bíblia: “Todo poder vem do Alto/ Por mim reinam os reis e governam os príncipes” – que, por decisão misteriosa e incompreensível o concede, por uma graça especial, a alguns homens. A origem do poder humano é, assim, um favor divino àquele que O representa (o governante, portanto, não representa os governados, mas a fonte transcendente do poder) e governar é realizar ou distribuir favores. A segunda fonte jurídico-teocêntrica, sem abandonar a noção de favor, introduz a idéia de que o governante representa Deus porque possui uma natureza mista como a de Jesus Cristo. O governante possui dois corpos: o corpo empírico, mortal, humano e o corpo político, místico, eterno, imortal, divino. Por receber o corpo político, o governante recebe a marca própria do poder: a vontade pessoal absoluta divina. Donde o adágio jurídico: “o que apraz ao rei, tem força de lei”. A teoria do corpo político incide sobre a antiga idéia de *res publica*, modificando-a. Deixa de haver a coisa pública como terra comum da coletividade cívica e como fundo público, passando a haver as partes do corpo político, isto é, do corpo do governante: a terra e os fundos públicos se transformam em membros do corpo do governante e tornam-se patrimônio privado que se transmitem aos descendentes e podem ser distribuídos sob a forma do favor.

Deus pode usar o povo como instrumento de Sua vontade, pois *Vox Populi Vox Dei*. Assim, por exemplo, ao votar, o povo não é verdadeiramente eleitor, mas simples votante, isto é, não está manifestando sua própria vontade, mas sendo instrumento da vontade divina, de sorte que, ao votar num governante, não faz senão cumprir um desígnio de Deus. Mesmo eleito, o governante representa Deus e não o povo. Foi escolhido para ser o pastor do rebanho divino e dele cuidar como um pai severo e amoroso. Desta maneira, o governante pela graça de Deus é despótico, no sentido etimológico e político do termo: a república se torna família, o fundo público se torna patrimônio privado, a lei exprime a vontade pessoal do governante e a ação política se realiza sob a forma da relação direta, sem mediação, entre o doador de favores e a clientela.

A matriz mítica opera de modo socialmente diferenciado:

– do lado dos dominantes, na visão de seu direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão direito natural por meio do ufanismo nacionalista e desenvolvimentista, expressões laicizadas do Paraíso Terrestre e da teologia da história providencialista. Em outras palavras, no modo como produzem a imagem do Brasil como “pátria amada idolatrada... mãe gentil”, isto é, como comunidade una e indivisa, ordeira e pacífica, rumando para seu destino porque “somos o país do futuro”. O Brasil é a “mãe gentil” e o governante, “Pai da Pátria”. Estamos sempre em família.

– do lado dos dominados, a matriz mítica se realiza pela via milenarista que, por sua vez, produz dois efeitos principais: a visão do governante como salvador e a sacralização-satanização da política. Em outras palavras, uma visão messiânica da política que possui como parâmetro o núcleo milenarista como embate final, cósmico, entre a luz e treva, bem e mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (trev e mal).

O que comemorar? Trazer à memória a conservação do mito fundador

A matriz mítica se conserva porque é periodicamente refeita com noções que correspondem ao presente histórico. Em outras palavras, a mitologia é conservada através das ideologias. É assim que, por exemplo, as ideologias nacionalistas reforçam o símbolo Paraíso, enquanto as ideologias desenvolvimentistas reforçam a história providencialista; as ideologias autoritárias reforçam a teocracia do governante pela graça divina, enquanto as ideologias vanguardistas reforçam a história milenarista. Em outras palavras, a mu-

dança temporal das ideologias, em consonância com o presente econômico e social, se realiza sobre o fundo imutável da mitologia. É assim que a mitologia se traduz na ideologia oitocentista, em que o Estado brasileiro se propõe a “criar a nação”; ressurge na ideologia dos anos 30 deste século, quando o Estado se propõe a “consolidar a nação”; é retomada na ditadura militar, quando o Estado tem a tarefa de “fortalecer a nação”; e reaparece, agora, quando o Estado tem a função de “modernizar a nação”. Essa referência obsessiva à nação e a idéia de que ela é um feito do Estado, isto é, do poder do governante, não só conserva a matriz teológica da política e da história, mas, por isso mesmo, bloqueia qualquer tentativa real de democracia e de cidadania. Quando gregos e romanos inventam a política, instituem, como condição necessária que o universo político diferencie qualitativa e institucionalmente como diversas a esfera privada e a pública. A seguir, instituem mecanismos pelos quais as decisões são submetidas à discussão e à deliberação públicas, assim como são revogadas por deliberação e decisão pública. No caso da democracia, a esfera pública possui três características que desfazem o laço com o despotismo (ou o poder privado) e com a teocracia (ou com o governo de Deus): diferencia a instância do poder e a da lei, diferencia a instância da lei e a do saber social, diferencia poder e lei da figura do ocupante do governo. Esse conjunto de diferenças acarreta, para usar uma expressão cunhada por Claude Lefort, a desincorporação do poder, da lei e do saber social, isto é, desfaz a identificação entre o corpo político encarnado no governante e as instâncias do poder, da lei e do saber social. Em outras palavras, a democracia desfaz a noção de corpo político como entidade mística, tornando impossível ao governante ser o portador da lei (a teologia política dizia: “o rei traz a lei no escrínio de seu peito”, isto é, em sua vontade), o enunciador do saber que a sociedade possui sobre si mesma e o preenchedor do lugar do poder.

Ora, no caso do Brasil, a estrutura autoritária da sociedade bloqueia ativamente o surgimento das instituições democráticas. Esse bloqueio possui base material, isto é, articula-se à maneira como se realiza a divisão social das classes. A polarização social se estabelece entre o pólo da carência absoluta e o pólo do privilégio absoluto. Uma carência é sempre específica e particular, não conseguindo generalizar-se num interesse comum e muito menos universalizar-se num direito. Um privilégio é sempre particular e específico, não pode generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Ora, a democracia funda-se na criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos. O autoritarismo social e a divisão econômica sob a forma da carência e do privilégio bloqueiam, portanto, a emergência de uma sociedade democrática. Ora, se a democracia é a condição para suplantarmos a teologia

política, não temos como suplantá-la. A carência (popular) espera ser preenchida e suprida pelo governante tutelar; o privilégio (dominante) espera ser conservado pelos favores do governante. Donde a fragilidade dos movimentos sociais e populares, das formas de auto-organização da sociedade e da dependência da sociedade civil do Estado.

Não por acaso, a classe dominante brasileira mantém com o Estado uma relação “primitiva”, isto é, em lugar de vê-lo como instrumento de sua dominação de classe que só pode se legitimar se, ao mesmo tempo, cumprir funções para satisfazer as demais classes sociais e, portanto, realizar minimamente a prática da representação, ao contrário, a classe dominante usa o Estado diretamente como instrumento econômico privado, destinado a manter-lhe os privilégios. Eis porque a política neoliberal nos assenta tão bem, uma vez que o Estado neoliberal é a decisão política de cortar todos os investimentos públicos referentes a direitos sociais e dirigir o fundo público para o financiamento do capital num período em que o desemprego estrutural e as mudanças tecnológicas enfraqueceram as classes populares e as tornaram impotentes para fazer frente à privatização direta do Estado.

O que pode favorecer melhor uma matriz teológico-personalista do poder do que uma ideologia de tipo neoliberal? A ideologia neoliberal alimenta tudo aquilo que está presente na matriz teocrática e na matriz teológica do poder, isto é, a noção de personalidade e subjetividade como centro do poder, a indiferenciação entre público e privado, o narcisismo do governante, a política como espetáculo, mistério, transcendência e saber acessível somente aos iniciados, os competentes.

Mais grave do que isto, porém, é o modo como a economia neoliberal pode reforçar, do lado popular, a visão messiânica da política. De fato, em sua forma atual, como observamos acima, o capitalismo opera pela exclusão crescente dos indivíduos do mercado de trabalho, do consumo e dos bens e serviços públicos sociais (educação, alimentação, moradia, saúde, transporte, cultura). Com isso, cria a massa dos desorganizados, despojados de referenciais de classe, de referenciais de identidade social e cultural. Sabemos que a democracia, como forma da existência sociopolítica, opera estimulando a auto-organização da sociedade através dos movimentos sociais, populares, sindicais, associativos. É essa capacidade auto-organizativa que o capitalismo contemporâneo tende a destruir, na medida que afasta indivíduos, grupos e classes sociais de instituições que lhes permitam criar formas de auto-organização e luta. É este o sentido profundo da idéia de privatização como encolhimento do espaço público. Ora, sabemos também que a visão milenarista-messiânica tende a crescer e a se fortalecer toda vez que as classes populares estão despojadas de referenciais propriamente sociais que lhes

permitam perceberem-se como sujeitos políticos e históricos. O neoliberalismo, contraditoriamente, apresenta-se como a forma extrema da modernidade (tecnológica) e como propício à forma extrema do arcaísmo (político).

Se comemorar significa trazer à memória e nela conservar o passado como uma opacidade enfim decifrada e compreendida para que não se repita – ou, na expressão tão conhecida: para que, tragédia na primeira vez, não se torne a comédia da segunda vez –, então não será demais rememorar a construção do mito fundador e esperar, com isso, iniciar sua desconstrução para que a história possa ser, enfim, ser feita por nós e não pela vontade de Deus.

DEBATE

Cidadania, cultura e sociedade: o que, como e por que comemorar?

Marilena Chauí – Eu queria dizer uma coisa do ponto de vista psico-político, embora eu tenha lido meu texto com uma contenção de professora, eu queria dizer que ele foi escrito com muita cólera. Eu não me conformo com o poder dos mecanismos que nos impedem, como sujeitos políticos, de fazer a passagem à realidade. Eu não me conformo com esse poderio absolutamente incalculável que tem a classe dominante brasileira, através de todos os instrumentos de que ela dispõe, de conseguir ocultar com um véu mítico, ideológico, aquilo que grita aos nossos olhos: o fato, por exemplo, de que nós tenhamos considerado que faz parte da paisagem todo povo de rua. Que os desempregados, os idosos, as mulheres, as famílias, as crianças estão lá como estão o poste, o semáforo, a faixa no chão. Eles foram incorporados à paisagem. O fato de que não se experimente isso como violência, como calamidade, como catástrofe, mas como natureza. É demais. E foi para entender porque é que nós temos continuamente um processo de naturalização e denegação contínua da realidade; para entender a maneira como permanece o mito do povo ordeiro, pacífico, sensual, generoso e acolhedor – e, portanto, essa denegação da violência como a forma da relação social e da relação política, a denegação da violência como constitutiva do Brasil – é que fui procurar onde estava a matriz desse povo “inocente” que nós somos. E como é que se desmonta a matriz da inocência? Porque nós não temos o direito à inocência. Nós não temos o direito de ouvir sem responder o discurso que diz “que se plantando dá”, “que é só colher se não houver preguiça” e que “o problema do brasileiro é a preguiça”. “É a indolência”. “É o carnaval”. “É o futebol”.

É preciso desmanchar isso; puxar os fios, e tentar compreender para desmanchar. Eu considero que é uma tarefa psicológica e política. É algo para que se possa exercer

o pensamento, para que não se fique bloqueado da possibilidade de pensar; mas é também uma maneira de se pôr em ação no campo político. Então, eu queria lhes dizer que quando digo “não há o que comemorar”, é para valer. Não é uma retórica para dizer que estão comemorando por aí... Não há o que comemorar! Eu penso que se trata de fazer um exercício da memória para desmanchar, e pensar –, para recuperar uma expressão que foi usada na Secretaria de Cultura –, pensar que nós temos uma “pátria esquartejada”, cujos pedaços estão salgados e espalhados neste país inteiro, e que, portanto, não dá para dizer que a nossa vida tem mais amores, os nossos bosques têm mais flores, o nosso mar é mais verde, o nosso céu é mais azul, e que o sabiá canta na palmeira, mesmo porque sabiá não canta na palmeira.

Pergunta – A senhora falou da dificuldade que temos em desmanchar essa idéia mítica de nação e passarmos à realidade. Eu trabalho na periferia e tenho acompanhado a realidade cruel das chacinas que vêm acontecendo, atingindo principalmente adolescentes; recentemente nós sofremos três chacinas lá em nosso bairro. Já que falamos nessa coisa escatológica, no mito fundador, como a senhora está vendo a questão dos novos matadores da periferia, que se dizem justiceiros não pagos, que matam atendendo a um desejo de cumprir a sentença de morte a que garotos infratores já se sentenciaram?

Pergunta – Eu gostaria que você comentasse a questão da universidade. A senhora usa o conceito luta de classes, que parece estar virando um palavirão na universidade, coisa fora da moda; e eu pergunto se quando a gente perde a perspectiva da luta de classes não estaríamos ajudando a reforçar essa memória messiânica? Eu gostaria ainda que a senhora comentasse essa sedução que o intelectual tem pelo poder: é uma questão que estamos vivendo e que me envergonha muito.

Pergunta – Essa significativa reflexão que você nos trouxe, acho que poderia ter um subtítulo que seria: “Apontamentos para uma crítica da ação neoliberal”. Ela nos faz lembrar um outro texto seu, no qual você trazia à tona um outro momento em que a luta social entre nós havia chegado a padrões de paroxismo tão elevados que as próprias regras do jogo foram transfiguradas. Eu acho que é, mais ou menos, o que nós estamos vivenciando entre o final dos anos 80 e 90. Dentro disso, eu gostaria que você comentasse um pouco mais esses mecanismos que se reproduzem e que reforçam o desmantelamento das formas de consciência e de expressão social justamente nos momentos em que os grupos populares estão se aproximando da dita realidade.

Marilena Chauí – Com relação à primeira questão, eu tenho a tendência a aproximar os justiceiros brasileiros dos vigilantes norte-americanos, porque a matriz é a mesma; isto é, a matriz escatológica é a mesma nos dois casos. É a visão de que só haverá a comunidade dos santos e dos bons pelo extermínio de todos aqueles que são a figuração do anti-Cristo. Então há uma componente teológica, religiosa, muito profunda nesse comportamento. É a idéia de que é a espada do Anjo Miguel que vem ceifar os pecadores. Essa visão de que o extermínio do mal é a condição de um reino de felicidade e que o mal está encarnado nos agentes maus e que é só com a morte que se resolve o problema. Ela está vinculada, agora no caso específico do Brasil, ao que eu apontava no início da minha exposição, à maneira como o poder estatal e a lei são figurados no país. Na medida em que o Estado tende a se identificar com o poder Executivo, a lei tende a ser um emaranhado obscuro de manutenção de privilégios e garantia de repressão e o Judiciário aparece como separado, secreto, misterioso, inacessível. A idéia que se tem é de que a justiça não pode ser feita nem através de uma luta social, nem através dos mecanismos institucionais do Estado, e que ela tem que ser feita pela ação individual do extermínio. Então combinam-se dois elementos: um elemento teológico-apocalíptico e um elemento estrutural da sociedade brasileira; uma estrutura de sociedade na qual a idéia de direito não pode aparecer – essa ocultação do “aparecer do direito” – e a maneira como está estruturado o próprio Estado são propícias não só a esse tipo de ação, mas ao discurso que justifica essa ação. E, com relação à luta de classes, lembro que houve uma discussão há uns tempos, na USP, promovida pelo Nedic – o Núcleo de Estudos de Direitos da Cidadania –, pela revista *Praga* e o Grupo Zero à Esquerda, em que discutíamos a maneira como o discurso da esquerda tinha sido totalmente apropriado pela direita, e esvaziado do seu sentido. Então, tudo aquilo que nós dizíamos, a direita diz e, a esquerda ficou sem fala. Eu propunha, naquela ocasião, que nós fizéssemos uma espécie de léxico para ver quais foram os termos dos quais foi impossível a direita se apropriar, e um deles é a luta de classes. A direita não pode usar essa expressão porque, se usar, ela tem que admitir que há uma divisão social e uma contradição social que constitui a estrutura mesma da sociedade brasileira e que, portanto, ela não representa a sociedade brasileira, mas representa uma classe exercendo dominação e exploração.

E depois, eu poderia falar de uma série de outros termos cuja apropriação pela direita é impossível. Nós temos um discurso, um discurso concreto, com conteúdo e sentido, que não pode ser apropriado por nosso inimigo. Se o inimigo se apropriar disso, é o discurso dele que se desmancha. Eu também concordo que “marxismo”,

“análise marxista” viraram palavras na universidade, sobretudo nos instantes em que, imperceptivelmente, a universidade se deixou modelar por toda ideologia pós-moderna e passou, portanto, a considerar que as análises totalizantes do social e da história são mitos totalitários; e que, portanto, o que se tem é o texto no contexto do contratexto da desconstrução textual... Então, creio que mais do que nunca estamos chamados ao combate! Nós estamos mais do que nunca chamados ao combate! Porque houve não só o esvaziamento do nosso discurso político por sua apropriação pela direita, mas houve o esvaziamento do nosso discurso teórico, pela redução ao totalitarismo de tudo que nós dizíamos, e a substituição disso pelos pontos privilegiados da ideologia pós-moderna. Primeiro, a ideologia pós-moderna diz que a razão é um mito eurocêntrico totalitário. Ela diz que a verdade é um mito eurocêntrico totalitário, que a diferença entre sujeito e objeto é um mito eurocêntrico totalitário, que a idéia de que a história tem um curso e um sentido é um mito etnocêntrico totalitário. O que essa ideologia propõe? No lugar do sujeito, a intimidade narcísica. Quem é que explora da maneira mais perfeita a intimidade narcísica? A televisão. A televisão e a propaganda. E onde é que ela aparece com maior fulgor? Na política. A figura do dirigente político aparece como um imenso narciso. Depois, ela substitui a idéia de que um discurso só faz sentido porque ele é suscitado por uma experiência concreta, real, que pede para ser compreendida, e que se realizam o trabalho do pensamento e o trabalho da linguagem como deciframento e compreensão de uma experiência concreta. A que fica reduzida uma experiência? A uma vivência, uma vivência individual, intimista. E a que fica reduzido o discurso? Ao texto, inter-texto, contexto e aquelas coisas. E a que fica reduzido o pensamento? A desconstruir o texto do contexto do inter-texto...

Então, existe um mecanismo primeiro que se realiza como uma proposta de pensamento; depois tem-se a maneira como esse pensamento justifica a superfície social. O que é que a economia neoliberal faz? O que ela rege, o que ela está regendo? Pela explicação de Chico de Oliveira, o dinheiro neste momento se descolou da mercadoria, virou moeda, se descolou como moeda do salário, descolou, portanto, o capital e o trabalho. Ao descolar o capital e o trabalho e ao descolar o vínculo capital-salário, descolou o capital de todas as peias e dificuldades que ele tinha de promover o desenvolvimento tecnológico, que sozinho não pode fazer. Ele precisa do Estado junto com ele, porque não tem recursos suficientes. Então, põe essa maquinaria tecnológica a desenvolver-se de maneira jamais vista. Como é que isso aparece? Isso aparece como a contração do espaço, isto é, o espaço não é nem o espaço vivido nem espaço percebido. Não é também o espaço da matemática nem o espaço da geografia; o espaço são locais fragmentados. Depois, opera sobre o tempo. Contraí o tempo também. Hoje é dito que

o mundo está acordado 24 horas e agindo 24 horas. A bolsa age 24 horas. O tempo deixa de ser o tempo percebido, deixa de ser o tempo histórico e se torna a sucessão veloz e rápida de imagens e de modas; esvaziado o espaço, esvaziado o tempo, esvaziada a relação estrutural das classes com o capital e o trabalho, e posto esse movimento abstrato, que funciona no campo das finanças, a idéia de que exista sociedade, de que a sociedade seja uma divisão e uma teia de relações, é substituída pela idéia de uma inter-subjetividade comunitária ou pela idéia da dispersão dos indivíduos sem vínculo. Essa dupla idéia leva à conclusão de que a regulação social pelo mercado deva ser feita através daquela lei que racionaliza o mercado; a lei que racionaliza o mercado é a competição mortal e, portanto, o que é introduzida é a crença de que a competição mortal entre os indivíduos ou entre essas comunidades é a racionalidade do social. Ora, isso é veiculado todos os dias pela mídia, é veiculado pela imprensa, é ensinado nas universidades; eu não sei o que se passa no 1º e 2º graus, mas é o que é. O que é a avaliação universitária senão a elevação da ideologia liberal ao último grau!? Como funcionam as agências de fomento à pesquisa? Com esses princípios. Quem vai contra isso é violento, arcaico, caipira, provinciano e bobo. Ora, eu considero que a única coisa moderna, verdadeiramente nova e verdadeiramente capaz de repor o nosso pensamento e o nosso discurso em contato com a realidade é o MST – Movimento dos Sem-Terra. Por quê? Porque o MST não embarcou em dois pontos que são nucleares na ideologia pós-moderna e na ideologia neoliberal. Primeiro, ele não embarcou na idéia de que nós somos um mercado emergente que vai se sentar à mesa dos sete grandes porque somos o país do futuro. Não embarcou na idéia, portanto, que rege o governo federal. Ele não embarcou, também, na idéia de que ele é o agente da violência ou de que ele é a vítima da violência, que pede a nossa indignação e a nossa compaixão. Ele não embarcou, portanto, na ideologia do retorno à ética. Então, nem a ideologia do retorno à ética como vivência intimista, individualista, que coloca o outro na qualidade de vítima que pede nossa compaixão, e nem na ideologia econômica de emergência do mercado. Então, essa resistência do MST aos dois grandes pólos da discussão econômica, política, social e filosófica fazem dele – ao menos aos meus olhos, com todos os problemas que tem, e que nós sabemos que tem –, a única coisa nova, moderna que há no Brasil, penso eu.